

Intervenção de Manuel Lobo Antunes perante a imprensa estrangeira (Bruxelas, 28 Junho 2007)

Source: Intervenção do Secretário de Estado, Manuel Lobo Antunes na apresentação das Prioridades da Presidência Portuguesa da UE à imprensa estrangeira. Lisboa: Ministério dos negócios estrangeiros, Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, 28.06.2007. 6 p. <http://www.ue2007.pt/NR/rdonlyres/3B32BD2D-B68F-43B6-A500-C545EF392941/0/tópicosapresentaçãoPTREVISTOIII.pdf>.

Copyright: www.ue2007.pt

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_manuel_lobo_antunes_perante_a_imprensa_estrangeira_bruxelas_28_junho_2007-pt-8979c079-685f-423a-98a2-a3b09579128b.html

Publication date: 07/09/2012

Apresentação das Prioridades da Presidência Portuguesa à imprensa estrangeira (Bruxelas, 28 de Junho de 2007)

A terceira Presidência portuguesa ocorre num ano fundamental para o futuro político da UE.

As prioridades da nossa Presidência inserem-se num plano desenhado para 18 meses reflectido no programa do “trio” (Alemanha, Portugal e Eslovénia) apresentado às instituições da União no início da presidência alemã. Seria fastidioso estar a percorrê-las em toda a sua vastidão e detalhe.

Naturalmente que, tal como nas nossas duas presidências anteriores (em 1992 e 2000), não deixaremos de imprimir o cunho próprio de Portugal no semestre que se avizinha. O meu Primeiro-ministro apresentou ontem o programa dos próximos seis meses diante do parlamento português. A intervenção do PM poderá ser consultada no site www.eu2007.pt. À vossa disposição têm também o documento Prioridades da PP, que poderá constituir uma fonte de inspiração para as vossas perguntas.

Mas antes de lhes responder gostaria apenas de fazer algumas observações.

A cooperação com os outros elementos do “trio” (Alemanha e Eslovénia), responsável por conduzir a Europa nos 18 meses que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2007, trouxe ganhos evidentes em termos de coerência e previsibilidade da acção das presidências rotativas. Esta cooperação representa bem, a meu ver, a diversidade dos Estados que compõem a UE e o seu equilíbrio global: gera a confiança, a proximidade e o consequente estabelecimento de uma relação cúmplice entre os políticos, as diplomacias e as administrações públicas dos três países envolvidos.

Mantivemos uma excelente colaboração com a presidência alemã, em particular no tocante às negociações para a obtenção de um mandato para a CIG, que tencionamos iniciar e desejamos concluir no decurso da nossa presidência, tal como decidido no último Conselho Europeu.

Para muitos observadores o dossier mais mediático e politicamente sensível da Presidência portuguesa será a negociação e o acordo para um novo Tratado. Para não defraudar estas expectativas, vamos convocar a CIG já no CAGRE de 23 e 24 de Julho, com o mandato de redigir o futuro Tratado Europeu. Graças ao excelente trabalho da Presidência alemã e à vontade política de todos os Estados-Membros, temos um mandato claro, preciso e detalhado, que constituirá a base e o enquadramento exclusivo do nosso trabalho. Temos um mandato, mas, importa sublinhá-lo, ainda não um Tratado. Esta será a nossa tarefa prioritária para os próximos seis meses, que queremos concluir o mais rapidamente possível. É imprescindível que a União se dote dos instrumentos e das políticas necessárias para fazer face aos novos desafios. Mas é também necessário que concentremos urgentemente a nossa atenção noutras prioridades.

Todos nós, Estados-membros da UE e seus cidadãos, precisamos de um compromisso que permita à UE avançar de novo. Mais um passo. Não nos podíamos dar ao luxo de enfrentar um novo fracasso. O compromisso obtido no último CE é um compromisso típico dos grandes passos da construção europeia: ninguém ficou 100% satisfeito, mas todos podem viver confortáveis e sem dificuldades com o resultado deste acordo.

Uma CIG é um exercício político – não algo de cariz meramente técnico ou burocrático – que só chegará a bom porto se todos estiverem envolvidos e partilharem o sentimento de que foram ouvidos e contribuíram para o compromisso final. Todos os Estados-membros da UE partilham de uma igual e soberana legitimidade. O resultado final terá de ser assinado por todos os governos e aceite pelos respectivos parlamentos e opiniões públicas. São estas as regras do jogo, e é com base nelas que trabalharemos.

O ano de 2007 é o primeiro em que todos os instrumentos da Estratégia de Lisboa estarão a funcionar em conjunto. É também o momento de se iniciar a preparação do novo ciclo que será lançado em 2008. Portugal encontra-se já a colaborar neste esforço, em estreita articulação com a Comissão e com a futura Presidência Eslovena. Melhorar a qualidade das finanças públicas, reforçar o triângulo do conhecimento – inovação, investigação e educação –, reforçar a dimensão social e emprego, mas também a dimensão ambiental e

energia, constituem também prioridades para a Presidência portuguesa.

Queremos também fortalecer a área de liberdade, segurança e justiça.

Os temas do alargamento da União serão igualmente analisados na nossa Presidência, conforme determina o calendário. Os dossiers da Turquia, Croácia, Antiga República Jugoslava da Macedónia e a perspectiva europeia dos países dos Balcãs Ocidentais, estarão em cima da mesa. As negociações de adesão, todas elas, têm um objectivo final: a adesão dos países candidatos à União uma vez cumpridos, na íntegra, os critérios estipulados. Há obrigações para ambas as partes. À UE cabe desde logo a obrigação de negociar com boa-fé e transparência. Os compromissos assumidos pelos Estados devem ser honrados. Por outro lado, os critérios de adesão, válidos para qualquer Estado candidato, determinam o estrito respeito pelos valores e princípios que foram a grande contribuição do “Século das Luzes” para o que nós, europeus, hoje somos e queremos continuar a ser.

Portugal defende também que a liderança deste processo, do lado da UE, deve continuar a caber à Comissão. A Comissão conhece em detalhe os dossiers, tem sobre eles uma visão global, cabendo-lhe fazer a síntese do interesse geral.

A última vaga de adesões a Leste foi coerente com o desígnio histórico do ideal europeu: construir a paz e a estabilidade no continente europeu, através da democracia e da prosperidade partilhada. Este desígnio continua por cumprir em parte da Europa: pensemos por exemplo nos Balcãs ocidentais. A Europa não pode ter um “buraco negro” no seu seio, e parece certo que a tão almejada estabilidade daquela região tem de ser acompanhada por uma perspectiva de adesão europeia tangível.

No plano das **relações externas**, o objectivo de realizar cimeiras com África e o Brasil revela o contributo importante que Portugal quer dar para o reforço do diálogo estruturado com outros interlocutores, regionais ou individualmente considerados. Já o provámos no passado (com as primeiras Cimeiras Europa/África e UE/Índia, ambas em 2000) e queremos repeti-lo na nossa próxima Presidência. A língua portuguesa é a sexta mais falada no Mundo (e a terceira da Europa ocidental, logo a seguir ao inglês e ao espanhol). Foi Portugal quem apresentou a Europa a muitas partes do Mundo.

A Cimeira UE/Brasil justificava-se plenamente, dado que o Brasil é um parceiro estratégico incontornável da UE. Tratava-se de preencher uma lacuna, visto que UE já mantinha um relacionamento deste nível com todos os BRIC's, excepção feita ao Brasil. Foi com naturalidade e até com gosto que assumimos a responsabilidade de construir esta ponte necessária entre a UE e o Brasil.

São conhecidas as dificuldades a respeito da realização da Cimeira UE/África. Mas é um objectivo nosso, declarado, do qual não abdicamos. Tudo faremos ao nosso alcance para que esta Cimeira se realize em Dezembro, em Lisboa. Trata-se de uma questão de convicção, e não de uma mera ânsia de visibilidade através da realização de uma Cimeira. O interesse estratégico europeu de manter um diálogo de alto nível com o continente africano no designado “mundo globalizado”, justifica plenamente, e porventura ainda mais urgentemente do que em 2000, o risco e os nossos esforços – e também dos nossos parceiros, europeus e africanos.

Participei no processo que levou à realização da primeira Cimeira Europa/África do Cairo e recordo que conseguimos então ultrapassar dificuldades que eram tidas por muitos como “insuperáveis”, obstáculos quer processuais quer políticos, oriundos, aliás, de ambos os parceiros deste diálogo.

Lamentamos que tenha sido necessário esperar sete anos e mais uma Presidência portuguesa para se apostar de novo no diálogo de alto nível com África. No limite, esta realidade demonstra, porventura, uma certa indiferença europeia em relação a África. Outros não esperam e beneficiam da apatia europeia.

A preparação da substância da Cimeira prossegue a bom ritmo, em parceria com os nossos amigos africanos. Deverão ser abordados temas como a imigração, as alterações climáticas, questões de segurança e defesa, a saúde (designadamente a luta contra as pandemias), boa governação e direitos humanos.

A Europa precisa de conseguir progressos concretos na frente das relações externas. Importa concentrarmos no que nos pode unir. Devemos seguir exemplos como os dos passos dados recentemente no tocante ao papel de liderança que a Europa deseja desempenhar face às alterações climáticas.

Algumas palavras mais sobre os desafios internos que a UE enfrenta. O desemprego é, de longe, o problema que mais aflige os europeus, como indica o Eurobarómetro. É necessário mais crescimento e mais emprego, mediante o reforço da coordenação – designadamente entre os governos da zona euro – em áreas como a economia e as políticas sociais. O euro é um sucesso, mas só por si uma moeda comum não basta para defender o emprego e aprofundar a coesão económica e social europeia. O reforço do pilar social da Estratégia de Lisboa assume-se cada vez mais como uma prioridade, à qual gostaríamos de dar um impulso no decurso da nossa Presidência, tal como consta do programa do “trio”.

A Europa tem de ser muito mais do que um mercado aberto, pautado por algumas políticas comuns. A Europa política também não se resume a um conjunto de regras institucionais bem definidas. A Europa deve ser antes de mais uma comunidade de valores, que os seus cidadãos sintam como fundamentais, que sejam sinónimo de esperança e em nome dos quais estejam também dispostos a fazer sacrifícios, se for necessário.

A identificação com esses valores reforça-se através de projectos europeus que tragam benefícios reais para os cidadãos, no seu dia-a-dia. Progressos como a abolição das fronteiras, a moeda comum, o intercâmbio de estudantes, alteraram, para melhor, as nossas vidas.

Não basta apenas negociar um novo Tratado. Os tratados são instrumentos jurídicos, mas não se substituem à vontade política de ir mais além, em conjunto. São hoje necessários novos projectos que traduzam, no concreto, essa vontade política colectiva de que a Europa parece carecer. Sem dúvida que persistem muitos domínios em que as respostas políticas devem ser dadas no estrito âmbito nacional, mas outros há em que, com cada vez maior premência, deve ser reforçado o sentido de entreatajuda e de cooperação, em nome da eficácia e da solidariedade.

Não nos iludamos, a manutenção do status quo não é opção. Há novos problemas – estou a pensar nas migrações e na energia, por exemplo – cuja dimensão exige respostas políticas urgentes, de âmbito colectivo. Devemos chegar a novos compromissos, mais profundos – designadamente sobre questões que afectam a coesão da própria UE, nas suas dimensões económica e social.

Necessitamos de uma UE mais forte, melhor equipada – em termos de regras, políticas, instrumentos e recursos próprios – para lidar com os desafios do nosso tempo e corresponder dessa forma às expectativas da grande maioria dos cidadãos europeus. A Europa pode e deve constituir-se como baluarte da esperança e da possibilidade de construir um modelo que faça a síntese entre liberdade, crescimento económico, justiça social e preservação do ambiente, numa lógica de parceria, cooperação e responsabilidade partilhada, ajudando também dessa forma a construir um Mundo mais justo e equilibrado.

É esse o lema da nossa Presidência: “Uma União mais forte para um Mundo melhor”.